



SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

ATA DA 5ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA SEMIPRESENCIAL DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA, 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 07 DE JULHO DE 2021, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 7, ÀS DEZESSEIS HORAS E DEZ MINUTOS DO DIA TREZE DE JULHO DE DOIS MIL E VINTE E UM, NA SALA DE REUNIÕES Nº 7, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, SOB A PRESIDÊNCIA DO SENADOR DAVI ALCOLUMBRE, COM A PRESENÇA DOS SENADORES EDUARDO BRAGA, RENAN CALHEIROS, SIMONE TEBET, FERNANDO BÉZERRA COELHO, MESSIAS DE JESUS, ESPERIDIÃO AMIN, PLÍNIO VALÉRIO, JORGE KAJURU, SORAYA THRONICKE, ANTONIO ANASTASIA, VANDERLAN CARDOSO, MARCOS ROGÉRIO, JORGINHO MELLO, PAULO PAIM, ROGÉRIO CARVALHO, FABIANO CONTARATO, EDUARDO GOMES, LUIZ DO CARMO, LUIS CARLOS HEINZE, LASIER MARTINS, EDUARDO GIRÃO, SÉRGIO PETECÃO, ZEQUINHA MARINHO E ALESSANDRO VIEIRA. REGISTRA PRESENÇA O SENADOR IZALCI LUCAS. DEIXAM DE COMPARECER OS SENADORES ROSE DE FREITAS, CIRO NOGUEIRA, TASSO JEREISSATI, ORIOVISTO GUIMARÃES, MARCOS DO VAL, LUCAS BARRETO, OMAR AZIZ, TELMÁRIO MOTA, ELIZIANE GAMA E WEVERTON. HAVENDO NÚMERO REGIMENTAL, O SENHOR PRESIDENTE DECLARA ABERTA A REUNIÃO. PASSA-SE À APRECIÇÃO DAS EMENDAS DESTA COMISSÃO AO PLN Nº 03, DE 2021 – CN, QUE “DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO E EXECUÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA DE 2022 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”, NOS TERMOS DA RESOLUÇÃO Nº 1, DE 2006-CN, COMBINADO COM A INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 14/2020, DO SENADO FEDERAL E O ATO CONJUNTO Nº 2/2020, DAS MESAS DA CÂMARA DOS DEPUTADOS E DO SENADO FEDERAL. A COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA TEM COMPETÊNCIA PARA PROPOR EMENDAS AO PROJETO, DEVENDO FAZÊ-LO NA CONDIÇÃO DE AUTOR DE EMENDA COLETIVA. **ITEM ÚNICO: EMENDAS AO PROJETO DE LEI Nº 03/2021-CN** (PROJETO DE LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS PARA 2022). A SENADORA **SIMONE TEBET**, RELATORA “AD HOC”, APRESENTA O RELATÓRIO SOBRE AS VINTE E NOVE (29) EMENDAS AO ANEXO DE PRIORIDADES DE METAS SUGERIDAS AO REFERIDO PROJETO. APÓS A DISCUSSÃO, PAUTADA NOS CRITÉRIOS ESTABELECIDOS NA RESOLUÇÃO Nº 1, DE 2006-CN, COMBINADO COM A INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 14/2020, DO SENADO FEDERAL, O ATO CONJUNTO Nº 2/2020, DAS MESAS DA CÂMARA DOS DEPUTADOS E DO SENADO FEDERAL. E NO ARTIGO 101, DO REGIMENTO INTERNO DO SENADO FEDERAL, QUE DETERMINA A COMPETÊNCIA DA CCJ, SÃO APROVADAS: 3 (TRÊS) **EMENDAS DE INCLUSÃO DE META: EMENDA 1: EMENTA:** ARTICULAÇÃO DE POLÍTICA PÚBLICA SOBRE DROGAS **PROGRAMA:** 5016 - SEGURANÇA PÚBLICA, COMBATE À CORRUPÇÃO, AO CRIME ORGANIZADO E AO CRIME VIOLENTO. **AÇÃO:** 201E - ARTICULAÇÃO DE POLÍTICA PÚBLICA SOBRE DROGAS. **PRODUTO (UNIDADE DE MEDIDA):** PROJETO APOIADO (UNIDADE); **ACRÉSCIMO DE META:** 100 (CEM). **JUSTIFICATIVA:** INDUÇÃO A PRODUÇÃO DE CONHECIMENTOS CIENTÍFICOS; FORTALECIMENTO DOS MECANISMOS DE ARTICULAÇÃO INTERSETORIAL E INTERFEDERATIVA; COOPERAÇÃO INTERNACIONAL; INTRODUÇÃO DE MELHORIAS NA GESTÃO DA POLÍTICA PÚBLICA VISANDO A REDUÇÃO DA DEMANDA E DA OFERTA DE DROGAS; MODERNIZAÇÃO DA CAPACITAÇÃO DE AGENTES GOVERNAMENTAIS E NÃO GOVERNAMENTAIS DE FORMA CONTINUADA. APOIO A ESTRUTURAÇÃO DE PROJETOS E SERVIÇOS VOLTADOS AO ATENDIMENTO DE USUÁRIOS DE DROGAS E SEUS FAMILIARES, DE FORMA ARTICULADA AO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE E SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL; E A INTRODUÇÃO DE MELHORIAS NA GESTÃO DA POLÍTICA SOBRE DROGAS, TENDO COMO SUBSÍDIO A REALIZAÇÃO DE LEVANTAMENTOS ACERCA DOS PADRÕES DE CONSUMO DE CRACK E OUTRAS DROGAS E A PRODUÇÃO DE CONHECIMENTOS CIENTÍFICOS AFETOS AO TEMA, APERFEIÇOANDO OS MARCOS INSTITUCIONAIS E LEGAIS, FORTALECENDO OS MECANISMOS DE ARTICULAÇÃO INTERSETORIAL E COOPERAÇÃO INTERNACIONAL, MODERNIZANDO OS INSTRUMENTOS DE ACOMPANHAMENTO E MONITORAMENTO DAS AÇÕES E FOMENTANDO A CRIAÇÃO DE ESTRUTURAS LOCAIS DE GESTÃO, COM A AMPLIAÇÃO DOS MECANISMOS DE PARTICIPAÇÃO SOCIAL. **EMENDA 2: EMENTA:** COMBATE À VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES **PROGRAMA:** 5034 – PROTEÇÃO À VIDA, FORTALECIMENTO DA FAMÍLIA, PROMOÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS PARA TODOS. **AÇÃO:** 218B – POLÍTICAS DE IGUALDADE E ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES. **PRODUTO (UNIDADE DE MEDIDA):** INICIATIVA APOIADA (UNIDADE); **ACRÉSCIMO DE META:** 100 (CEM). **JUSTIFICATIVA:** OS CASOS DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA DUPLICARAM DURANTE O PERÍODO DA PANDEMIA, CONFORME DADOS DO PROJETO ‘JUSTICEIRAS’, CRIADO HÁ UM ANO PARA O ACOLHIMENTO

DE MULHERES VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA. SEGUNDO A ENTIDADE, EM 2021, A QUANTIDADE DE DENÚNCIAS SAIU DE 340 CASOS POR MÊS PARA 658 DENÚNCIAS EM MARÇO, COM O INÍCIO DE NOVAS PARCERIAS. DESDE MEADOS DE MARÇO DE 2020, COM A INTENSIFICAÇÃO DA PANDEMIA DE COVID-19 EM TODO O MUNDO E ESPECIFICAMENTE NO BRASIL, DIVERSOS ESTADOS DO PAÍS ADOTARAM MEDIDAS DE ISOLAMENTO SOCIAL COM O OBJETIVO DE MINIMIZAR A CONTAMINAÇÃO DA POPULAÇÃO PELO NOVO VÍRUS. EMBORA ESSAS MEDIDAS SEJAM EXTREMAMENTE IMPORTANTES E NECESSÁRIAS, A SITUAÇÃO DE ISOLAMENTO DOMICILIAR TEM COMO POSSÍVEL EFEITO COLATERAL CONSEQUÊNCIAS PERVERSAS PARA AS MILHARES DE MULHERES BRASILEIRAS EM SITUAÇÃO DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA, NA MEDIDA EM QUE ELAS NÃO APENAS SÃO OBRIGADAS A PERMANECEREM EM CASA COM SEUS AGRESSORES, MAS TAMBÉM PODEM ENCONTRAR AINDA MAIS BARREIRAS NO ACESSO ÀS REDES DE PROTEÇÃO ÀS MULHERES E AOS CANAIS DE DENÚNCIA. ESSA EMENDA VISA ASSEGURAR NA LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS, REFORÇO NO COMBATE A VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES NOS 26 ESTADOS DA FEDERAÇÃO E NO DISTRITO FEDERAL, NO INTUÍDO DE FORTALECER AS POLÍTICAS PÚBLICAS E BUSCAR ESTRATÉGIAS MAIS CÉLERES E COMPROMETIDAS. **EMENDA 3: EMENTA:** DESENVOLVIMENTO DE POLÍTICAS DE SEGURANÇA PÚBLICA, PREVENÇÃO E ENFRENTAMENTO À CRIMINALIDADE **PROGRAMA:** 5016 – SEGURANÇA PÚBLICA, COMBATE À CORRUPÇÃO, AO CRIME ORGANIZADO E AO CRIME VIOLENTO. **AÇÃO:** 21BM – DESENVOLVIMENTO DE POLÍTICAS DE SEGURANÇA PÚBLICA, PREVENÇÃO E ENFRENTAMENTO À CRIMINALIDADE. **PRODUTO (UNIDADE DE MEDIDA):** AÇÃO APOIADA (UNIDADE); **ACRÉSCIMO DE META:** 100 (CEM). **JUSTIFICATIVA:** A PRESENTE EMENDA TEM POR ESCOPO APOIAR PROPOSTAS DESTINADAS A AÇÕES QUE VISAM PROMOVER A CAPACITAÇÃO, A VALORIZAÇÃO PROFISSIONAL E A SAÚDE DOS PROFISSIONAIS DA ÁREA DE SEGURANÇA PÚBLICA, NOS TERMOS DO ART. 4º, INCISO XIII, DA PORTARIA MJSP Nº 20, DE 07 DE FEVEREIRO DE 2018, E TEM POR FINALIDADE EQUIPAR AS UNIDADES DE ENSINO EM SEGURANÇA PÚBLICA COM A ESTRUTURA, OS EQUIPAMENTOS E OS MATERIAIS ADEQUADOS ÀS DIVERSAS ATIVIDADES DE EDUCAÇÃO DESTINADAS AOS PROFISSIONAIS INTEGRANTES DO SISTEMA ÚNICO DE SEGURANÇA PÚBLICA, EM NÍVEL GERENCIAL, TÉCNICO E OPERACIONAL. NADA MAIS HAVENDO A TRATAR, A PRESIDÊNCIA DECLARA ENCERRADA A REUNIÃO, ÀS DEZESSEIS HORAS E VINTE MINUTOS, DO DIA TREZE DE JULHO DE DOIS MIL E VINTE E UM. AO FINAL DA REUNIÃO, A PRESENTE ATA FOI APROVADA PELA COMISSÃO, ASSINADA PELO SENHOR PRESIDENTE E SERÁ PUBLICADA NO DIÁRIO DO SENADO FEDERAL, JUNTAMENTE COM A ÍNTEGRA DAS NOTAS TAQUIGRÁFICAS.

SENADOR DAVI ALCOLUMBRE
PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA



SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 5ª Reunião, Extraordinária, semipresencial, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 56ª Legislatura.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação das atas das reuniões anteriores.

Os Senadores e as Senadoras que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovadas.

As atas estão aprovadas e serão publicadas no Diário Eletrônico do Senado Federal.

A presente reunião será semipresencial, sendo permitida a participação remota das Sras. e dos Srs. Senadores por sistema de videoconferência, e destina-se à discussão e votação das emendas da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania ao PLN nº 3, de 2021, Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias para o ano de 2022, que serão apresentadas à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização juntamente com a ata desta reunião.

Concedo a palavra à Relatora de Plenário, Senadora Simone Tebet.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS. Como Relatora.) – Obrigada, Presidente Davi Alcolumbre, é uma honra poder participar desta Comissão sendo presidida por V. Exa. E a honra é maior por estar aqui *ad hoc* lendo o relatório do ilustre Senador Eduardo Braga, meu Líder, Líder do MDB.

Vamos ao parecer, Sr. Presidente, muito bem relatado pelo Senador Eduardo Braga.

Conforme disposto no art. 166 da Constituição Federal e nos termos da Resolução nº 1, de 2006, do Congresso Nacional, encontra-se em tramitação no Congresso Nacional o Projeto de Lei nº 3/2021-CN, que dispõe sobre as diretrizes orçamentárias para o exercício de 2022, PLDO 2022.

De acordo com as normas de tramitação do PLDO 2022, cujos fundamentos são lançados pela citada resolução e pelo parecer preliminar da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, esta CCJ tem competência para propor emendas ao projeto, devendo fazê-lo na condição de autor de emenda coletiva.

As regras para apresentação, admissão e acolhimento de emendas ao PLDO 2022 estão delineadas na parte especial do parecer preliminar da CMO. No presente contexto, cumpre realçar que as emendas passíveis de serem apresentadas pelas Comissões Permanentes podem ser categorizadas em dois grupos: i) emendas para inclusão de ação orçamentária no Anexo de Prioridades e Metas, limitadas ao máximo de três emendas; ii) emendas de texto, sem limite de quantitativo.

Vale destacar, também, que o parecer preliminar estabelece, no item 2.3.1, que somente serão admitidas emendas de Comissão Permanente que estejam acompanhadas da ata da reunião em que se decidiu por sua apresentação e sejam restritas às competências regimentais da Comissão; e no item 2.3.4, que não serão admitidas emendas que contrariem norma constitucional, legal ou regimental. Além disso, o item 2.3.5 do mesmo parecer assenta que não devem ser admitidas emendas que pretendam incluir, no Anexo de Prioridades e Metas, programações que não correspondam a competência exclusiva ou comum da União, ou que destinem recursos para despesas obrigatórias.

Foram apresentadas a esta Comissão 29 propostas de emenda para inclusão ou acréscimo de meta no Anexo de Prioridades e Metas, listadas no Anexo. Não foram apresentadas propostas de emendas de texto.

Vamos à análise.

Foram apresentadas, nas propostas, 16 ações orçamentárias para o Anexo de Prioridades e Metas. Em que pese o mérito das propostas, pelas normas vigentes, a Comissão poderá apresentar apenas 3 emendas. Para a escolha dessas emendas, o critério que utilizamos foi o quantitativo, de tal modo que se atendesse ao maior número de Senadores.

Assim, foram verificadas ações mais frequentes. Dessa forma, foram selecionadas as seguintes ações:

1 – Articulação de Política Pública sobre Drogas, Propostas 1, 2, 3, 4. Autores: Fernando Bezerra Coelho, Jorge Kajuru, Marcio Bittar, Simone Tebet;

2 – Políticas de Igualdade e Enfrentamento à Violência contra as Mulheres, Propostas 5, 6, 7, 8. Rose de Freitas, Fernando Bezerra Coelho, Simone Tebet, Vanderlan Cardoso;

3 – Desenvolvimento de Políticas de Segurança Pública, Prevenção e Enfrentamento à Criminalidade, Propostas 9, 10, 11. Autores: Jorge Kajuru, Luiz do Carmo, Soraya Thronicke.

Em face do exposto, somos pela apresentação, por esta Comissão, da inclusão das seguintes emendas ao Anexo de Prioridades e Metas:

São as três mencionadas: Articulação de Política Pública sobre Drogas; Políticas de Igualdade e Enfrentamento à Violência contra as Mulheres; e Desenvolvimento de Políticas de Segurança Pública, Prevenção e Enfrentamento à Criminalidade, todos meta física 100.

São Emendas 1, 2, 3, referentes às Propostas 3, 5 e 9.

Assim, serão acolhidas as propostas de números 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10 e 11, na forma das propostas de números 3, 5 e 9.

É o relatório do ilustre Senador Líder do MDB Eduardo Braga, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Obrigado, Senadora Simone.

Eu queria cumprimentar o Senador Eduardo Braga e a Senadora Simone Tebet, que fez a leitura do relatório, sendo designada aqui na reunião como Relatora *ad hoc*, e registrar, Senadora Simone, que o Senador Eduardo Braga, como Relator da matéria, como V. Exa. bem mencionou na leitura do relatório, acabou contemplando todos os Parlamentares, tentando fazê-lo da melhor

maneira possível, já que só temos três oportunidades de emendar na LDO o Orçamento. Ele o fez da melhor maneira possível, compilando e atendendo as prioridades que foram apresentadas pelos Senadores.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Se me permite, Presidente, também incluiu, a pedido da Bancada Feminina, como é de praxe em todas as Comissões do Senado Federal, em que temos apoio da unanimidade das Sras. e Srs. Senadores, uma das emendas. Só é possível apresentar três, mas dedicou uma em especial a Políticas de Igualdade e Enfrentamento à Violência contra as Mulheres. Isso para nós é muito importante, porque essa bandeira não é nossa, essa bandeira é de todo o Senado Federal. Então, fica o meu agradecimento a todas as Sras. e Srs. Senadores.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Inclusive, Senadora Simone Tebet, se não me falha a memória, essa foi uma das emendas indicadas pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania do Senado Federal, também priorizando essa agenda que V. Exa. traz para o conhecimento desta Casa nesta votação de hoje. Essa foi uma das prioridades também da Comissão junto ao Orçamento, que, infelizmente, foi vetada integralmente pelo Governo Federal. A gente precisa também organizar um momento adequado nesta Comissão...

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Vamos trabalhar mais arduamente este ano, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – ... para cobrar do Governo Federal – eu estou fazendo isso e quero esclarecer publicamente aqui na reunião da Comissão – que reconheça o trabalho das Comissões. Nós somos 15 Comissões permanentes no Senado. Como a Câmara estava sem funcionamento de Comissão, só as Comissões do Senado Federal apresentaram... São 15 Comissões?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Só o Senado Federal, Senadora Simone, apresentou, porque estavam em funcionamento as nossas Comissões, emendas de acréscimo ao Orçamento da União. A Câmara dos Deputados não tinha instalado as Comissões, mas o Senado tinha.

Então, a minha fala, também aproveitando esta oportunidade para socializar com V. Exa. e com todos os outros membros desta Comissão, é para ressaltar que o Governo Federal, de forma linear, vetou todas as emendas de Comissões do Senado Federal, já que a Câmara não tinha comissão funcionando. Eu estou nessa luta junto ao Governo Federal – já tive duas reuniões no Ministério da Economia –, porque eu reconheço o papel do Governo na questão orçamentária, mas desconhecer que as 15 Comissões do Senado Federal são compostas pelos 80 Senadores e que eles lutaram também, dentro dos Plenários de cada Comissão, e colocaram emendas de acréscimo ao Orçamento visando a essa política, neste caso concreto da violência, do combate ao enfrentamento à violência contra as mulheres, é injusto com o Senado. O Senado não pode se responsabilizar por, na Câmara, não estarem funcionando as Comissões. E o Senado teve vetadas, de todas as Comissões, todas as emendas. Então, eu estou nessa confusão boa, digamos assim, lutando em nome das Comissões para que o Governo possa, num PLN à frente, recompor as emendas de Comissões que, se não me engano, são chamadas de RP 8. É isso?
(Pausa.)

Então, eles precisam recompor as emendas de Comissões. Que não dê na sua totalidade, mas que a gente possa recompor em parte as emendas da Comissão de Constituição e Justiça e das outras 14 Comissões do Senado.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Parabenizo V. Exa. pelo empenho em nome de todos nós. Pode contar com a Bancada Feminina não só nessa emenda específica de ação da Política de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres, mas em relação a todas as emendas, até com um argumento melhor – não é, Presidente? –: está sobrando dinheiro. Já que a Câmara não apresentou, está sobrando um pouquinho para atender todas as Comissões e, obviamente, com isso, contemplar os 27 Estados da Federação brasileira.

Parabéns!

Mais uma vez, conte conosco.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Obrigado, Senadora Simone.

Coloco em discussão o relatório. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, está encerrada a discussão.

Colocamos em votação as emendas.

Os Senadores e as Senadoras que aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovadas as emendas apresentadas pelo relatório lido pela Senadora Simone Tebet.

A matéria segue para a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização e Controle, presidida por uma mulher, a Senadora Rose de Freitas.

Proponho a dispensa da leitura e a aprovação da ata desta reunião.

Os Senadores e as Senadoras que aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada.

Agradeço à Consultoria do Senado Federal, às nossas assessorias, na pessoa do Dr. Ednaldo, coordenador-geral da frente de resistência, e agradeço à Senadora Simone, Presidente, pela oportunidade. Muito obrigado a todos os Senadores que participaram no modelo semipresencial.

Temos agora sessão do Senado Federal. Portanto, meus agradecimentos.

Nada mais havendo a tratar, declaramos encerrada a presente reunião da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania do Senado Federal.

Boa tarde.

(*Iniciada às 16 horas e 09 minutos, a reunião é encerrada às 16 horas e 21 minutos.*)